

A propósito do 8 de Março

Bruno Chapadeiro Ribeiro

[Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense]

Em sua obra magnânima, *O Capital*, Marx expõe que o capital movimenta, por fios invisíveis, um exército de trabalhadores domiciliares espalhados pelas grandes cidades e pela zona rural onde mulheres trabalham com seus próprios filhos em casa, em que as circunstâncias são ainda piores que nas fábricas e manufaturas. Em paralelo, ao analisar o trabalho nas minas de carvão em 1816, já chegava à conclusão que o barateamento da força de trabalho por meio do mero abuso de forças de trabalho femininas (mulheres recebiam 1 xelim e 6 pence/dia ao passo que os homens 2 xelins e 6 pence) era extração de mais-valor na certa. As trabalhadoras despendiam com verdadeiro frenesi sua energia vital, ao passo que o trabalhador macho adulto “*é tão malandro que procura se poupar o mais possível*” (p.237). Também chamava atenção para o controle dos corpos das mulheres para o trabalho, uma vez que meninas de 13 a 14 anos eram engravidadas por rapazes da mesma idade em que, seus filhos, se não liquidados pelo ópio, se tornavam novos recrutas prontos a reproduzirem novos pequenos trabalhadores nestas mulheres.

De lá para cá, segundo o estudo *Estatísticas de Gênero* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres continuam a trabalhar 2 a 3 horas a mais que os homens, por semana, somando os trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados pessoais. Em média, 17h48 horas por semana são gastas em afazeres domésticos, ao passo que os homens apenas 11h. Mesmo que com um nível educacional mais alto, ainda ganham, em média, 78,9% do rendimento de um homem. Dados da Pnad Contínua¹ (4º trimestre 2023), também do IBGE, e do Boletim Especial de 8 de março de 2024 (DIEESE²) revelam que, no Brasil, 39,9% das mulheres ocupadas ganham até um salário-mínimo. Sendo branca e com ensino superior, sobe para R\$ 4.071,00 (homens brancos e com ensino superior ainda ficam com R\$ 7.283). Das 90,6 milhões brasileiras com 14 anos ou mais, 47,8 milhões compõem a força de trabalho (dentre essas, 4,4 milhões desocupadas) e 42,8 milhões estão fora da força de trabalho remunerada, sendo 1,9 milhão desalentadas (que gostariam de trabalhar, mas que desistiram de procurar porque acham que não vão encontrar), dessas, 1,4 milhão são mulheres pretas. Na informalidade estão 37,5% (41,9% são mulheres pretas) e 36,2% não têm contribuição previdenciária (41% são pretas). Mulheres são também ainda as mais desrespeitadas no ambiente de trabalho, sofrendo discriminações, injúrias, violências e assédio moral/sexual.

As desigualdades de gênero continuam quando falamos em saúde. O estudo ELSA-Brasil³ aponta que 70% das mulheres referiram dor relacionada à ansiedade, depressão ou estresse. A incidência de depressão é 6 vezes mais alta em mulheres que relatam crises de enxaqueca quase diária contra as que relatam terem tais crises menos que uma vez por mês. O aumento de chance de enxaquecas em 28% se deu no conflito trabalho-família, ou seja, quando há

esforços hercúleos para atender às demandas do trabalho e em habilidades atlantes de responder às demandas da família; em 32% que relataram sobrecarga de trabalho; e em 30% que disseram não possuir tempo para autocuidado. O risco de hipertensão foi maior para mulheres pardas (47% maior) e pretas (83% maior) em comparação com brancas. Também 34,5% relataram dores musculoesqueléticas crônicas (principalmente lombalgias) e excesso de peso quando extrapolam 40h de trabalho semanal - e com isso, têm menor engajamento para uma possível atividade física. O peso das mulheres foi maior quando pertenciam a uma classe social menos favorecida.

À guisa de conclusão, desse breve ensaio introdutório, ficamos com os escritos da socióloga e advogada Heleieth Saffioti em seu didático “O poder do macho” (1987), quando diz que, nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo com suas contradições presentes, a questão feminina passa pelo: (a) *conservantismo*, que focaliza o sexismo como desigualdade natural a-histórica; (b) *liberalismo*, em que a inferioridade social da mulher deriva da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, especialmente nos campos da educação e do trabalho; (c) pelo *marxismo dogmático* que taxa como diversionista a luta pela democratização das relações de gênero; (d) *feminismo radical*, assim denominado não por seu radicalismo político, mas por sua intransigência quanto à não-aceitação das próprias diferenças sexuais biologicamente definidas e; (e) *feminismo socialista*, que jamais isola a questão do patriarcado do problema das classes sociais ainda que muitas vezes o racismo seja deixado de lado.

Resfolego ao lembrar de Adélia Prado em seu “Com licença poética” quando esta diz “- Vai ser coxo na vida é maldição pra homem. Mulher é desdobrável”, e marejo os olhos ao ler a, agora imortal pela Academia Brasileira de Letras (ABL), Conceição Evaristo em seu “Eu-Mulher”: “Em baixa voz violento os tímpanos do mundo”.

Notas: 1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. / 2. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. / 3. Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto.